

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**A REPRESENTAÇÃO DO BEM MORRER: Os ritos de morte entre os católicos
em Feira de Santana (1864-1910).**

Emanuela Kelly Silva Santana

Mestranda em História

Universidade Estadual de Feira de Santana

emanuelasantana@ymail.com

A transição do século XIX para o século XX foi um período no mínimo conturbado, e com o advento da República trouxe para o Brasil os ideais de civilização e modernidade que convertiam-se em palavras de ordem no momento, “viravam instrumentos de batalha, além de fotografias de um ideal alentado” (SCHWARCZ, 2000,pg.12). Assiste-se então, nas capitais brasileiras a grandes transformações que vão desde reurbanização das cidades e movimentos sanitaristas, à revolução dos hábitos e cotidiano baseados agora no modelo europeu de vida e de normas morais rígidas. “Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas”.(NEVES, 2008, P.15)

O momento era favorável para todas essas reformas no cenário que se pintava no País, e, como Leite bem explica,

“o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras das cidades foi aquele que teve logo após a instauração da República, dado que o novo regime permitiu articulação direta, e sem intermediação federal, das elites dirigentes regionais com as instituições de crédito e financiamento estrangeiras. Desta forma nas décadas iniciais do século XX, a urbanização e os melhoramentos materiais, enquanto aspirações modernizadoras alastravam-se por diversas capitais do país, entre elas Recife, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo”(LEITE, 1996, P.91)

Transformar, reescrever a História do Brasil, nesse momento, é a bandeira empunhada pelas elites e governantes, após uma lenta dissolução das estruturas de poder monarquistas, e não se medem esforços para colocar os projetos de modernização em ação, e que levarão o País, como explica Chalhoub(1996), à uma nova ideologia que surgiu com os cientistas da Higiene, que formularam, desde o século XIX, políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

idades por conta das epidemias da febre amarela e do cólera, mas trouxeram também em sua bagagem novas noções racialistas e de classe. As classes pobres, ou “classes perigosas” como passam a ser chamadas, passam a principal foco dos higienistas, pois,

“as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas por que poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio”(CHALHOUB, 1996, p.29),

Os intelectuais da época, como Chalhoub afirma, passaram a enxergar os pobres como um perigo real para a saúde pública e que deviam ser assistidos atentamente,

“E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradias dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto por que as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”(p.29)

Mas não só isso os preocupava, o problema higiênico estimulou o surgimento dos cemitérios desde o século XIX nas grandes cidades. As epidemias e as condições sanitárias das cidades, no entanto, permaneceriam um problema até o início do séc. XX.

A falta de redes de esgoto, a sujeira das ruas e os sepultamentos realizados nos templos, que conseqüentemente, se localizavam em centros urbanos foram alvos constantes das campanhas higiênicas.

“As cidades se tornaram objeto da análise dos mais variados segmentos sociais, como profissionais técnicos (a exemplo de engenheiros e sanitaristas), jornalistas, intelectuais, estrangeiros (diplomatas, comerciantes, banqueiros e empresários), entre outros. As discussões sobre as necessidades de reformas urbanas foram desencadeadas, no entanto, por higienistas, sanitarista e médicos, os quais faziam duras críticas às más condições de salubridade e higiene das cidades. Tais condições foram apontadas como as causadoras da disseminação de várias epidemias, além disso eram consideradas prejudiciais aos interesses econômicos da nação”.(LEITE, 1996, P.9)

Quando, no século XIX, já se propunha a extinção dos sepultamentos nos templos com a criação da Lei do Cemitério, na capital baiana, tem-se um indicativo que vem a comprovar e assinalar esses novos tempos, e acabou por provocar revolta como o prova o episódio da Cemiterada, no ano de 1836¹.

¹ A Cemiterada, como ficou conhecida, foi uma manifestação na qual seus representantes, em sua maioria, pertencentes a irmandades e ordens terceiras de Salvador, inconformados com a nova lei do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse ínterim, como aponta David, em 1855 o *cólera morbus* e a febre amarela assolavam o País, inclusive a Bahia, que sofreu com a epidemia, tendo sido dizimada boa parte de sua população, por isso era necessário agir, já que diante da epidemia e dos cadáveres a morte passaria a ser uma tragédia.

“Já não era mais possível tanta proximidade com os mortos, que passaram a ser vistos como uma perigosa ameaça para os vivos. Convencido de que a moléstia era contagiosa, o povo abandonava os defuntos sem ao menos enterrá-los, uma atitude até então abominável.” (DAVID, 1993, p.135)

Por conta de epidemia, tais costumes se modificaram profundamente na Bahia, mas não de forma generalizada em todo o estado. O caso de Feira de Santana é peculiar pois, ao contrário do resto do Estado, não sofreu tanto com a epidemia de cólera, já que os efeitos da doença na cidade foram brandos. De acordo com Silva,

“A população da cidade, por alguma razão, teve assim, a extrema felicidade de ser poupada dos rigores da epidemia. Fato que certamente, teve tanto impacto junto àquela população, como as notícias sobre a multidão de corpos (muitos em decomposição) largados nas ruas das cidades de Cachoeira e Santo Amaro. Este impacto reverteu-se em discurso, em parte como resultado de uma tentativa do imaginário popular de dar explicação à sua sorte, mas também- e sobretudo - por que tal discurso, reapropriado e reelaborado, apresentava-se como recurso adequado aos interesses mais amplos da municipalidade.” (SILVA, 1997, p. 18-19)

O importante é que esse fato foi imprescindível às elites e ao governo municipal na construção do discurso positivo da Feira de Santana saudável e saneadora como parte do projeto de civilização de tornar a cidade a mais importante do interior da Bahia. Transformá-la numa verdadeira “urbe” que exercesse uma liderança na região o que, nas palavras de Oliveira, era o principal objetivo da elite feirense, selando, de uma vez por todas, o discurso negativo que existia até então sobre a qualidade de vida na cidade.

Cemitério, pediam a anulação da lei que proibia os tradicionais sepultamentos dentro dos templos, uma vez que essas saíam prejudicadas tanto financeira quanto religiosamente. Os revoltosos então se dirigiram ao cemitério do Campo Santo, apedrejando-o, como forma de salientar sua posição contrária à nova lei.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“A nova cidade deveria ser aprazível aos olhos dos visitantes que vinham de diferentes lugares para mercadejar ou em busca de bons ares para tratamento de saúde, duas das famas mais importantes para Feira de Santana.”(OLIVEIRA, 2000, p.18)

As mudanças foram significativas em Feira de Santana, os novos tempos chegavam e, por isso, era preciso seguir em frente, melhorar a infraestrutura da cidade, pelo menos no que concerne ao centro, principalmente por que “produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova ‘urbe’.(p.18)

Diante dessa conjuntura, a percepção sobre a morte faz com que Feira de Santana, sofresse uma sensível alteração em seus ritos e tradições mortuárias.

Enfim, nas palavras de Reis,

“a Bahia e o Brasil eram, entretanto, parte de um Ocidente Cristão que vinha experimentando mudanças importantes em sua visão de morte, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Tanto na Europa como aqui ocorreram mudanças, em particular em relação ao fechamento de igrejas e cemitérios paroquiais aos mortos. Pois o enterro nas igrejas era visto como uma das estratégias de salvação da alma.” (REIS, 1997. pg.23)

Todavia, todas essas transformações quanto aos ritos fúnebres e os sepultamentos vão se fazer sentir em graus diferenciados no País, e até tardiamente em alguns lugares do interior, estando ligadas em boa parte às mudanças que ocorreriam na Igreja Católica.

As cerimônias fúnebres sempre foram de grande importância para várias sociedades, e, como já foi observado, Vovelle(1997) afirma que o século XIX iniciou um novo culto dos mortos, preenchendo o vazio que a desagregação da religião deixou. O surgimento dos cemitérios na periferia das cidades em virtude das medidas higienistas, já no século XVIII, fez com que os mortos fossem para o exílio, mas esse exílio não significará esquecimento.

“O lugar que lhes foi então reservado e em torno do qual se elaborou uma rede de gestos, práticas e rituais coletivos substituiu em boa parte a igreja no que parece legítimo denominar-se um novo ‘culto’ laicizado, se não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espontâneo, pelo menos expressivo de um modo de sentir inconsciente, mais do que de um sistema ordenado.”(VOVELLE, 1997, p.351)

Em verdade, os templos não deixam de todo de ser um local privilegiado numa série de gestos relativos à morte, “as igrejas e capelas continuaram como lugar de celebração dos serviços de descanso das almas”(p.351). Porém, as sepulturas desertariam dos lugares sagrados migrando para as periferias das cidades por conta do sanitarismo em voga na época, fazendo conseqüentemente que, como morada dos mortos, o templo perdesse seu posto no século XIX, mesmo que isso fosse contra o desejo da Igreja Católica, já que eram os sepultamentos em território sacro um meio de se alcançar a vida eterna, a salvação

“... que nenhuma pessoa de qualquer estado, condição, e qualidade que seja, enterre ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum, sendo cristão batizado, ao qual conforme a direito se deve dar sepultura eclesiástica, não se verificando nele algum impedimento (...) pelo qual se deve negar.”(VIDE, 2007)

Entretanto, a Igreja não pode refrear as mudanças que se desencadeavam e acabou por “juntar-se” a elas, pois, nesse processo de sanitarização das cidades, como afirma Oliveira (2009), “os cemitérios arrastam consigo o mobiliário da Igreja. Isso justifica “a presença maciça da iconografia religiosa nos túmulos, e continua,

“Observa-se que a separação definitiva entre o espaço da igreja e do cemitério só ocorreu no século XIX, uma vez que eles continuam sendo construídos ao redor delas. Tornou-se complexa a relação osmótica entre igreja e cemitério. Ao sair para as regiões periféricas, a ‘morada dos mortos’ transportou consigo os santos e mártires que arrastaram com ela as peregrinações para o local. A demanda de fiéis se tornou expressiva, obrigando uma movimentação geográfica da igreja para a periferia, mas conservou-se a necessidade de representação”(VOVELLE, p.350)

O resultado dessa aproximação da Igreja Católica é, sem dúvida alguma, que “o cemitério tornou-se então um dos locais essenciais de compromisso entre o discurso das igrejas e a prática espontânea dos fiéis.”(p.350), atitude que a Igreja, já abalada pela crise do Padroado Régio aqui no Brasil, toma como essencial para não perder de todo os seus fiéis.

Especificamente quanto à Bahia, o culto aos mortos tem um papel muito importante, principalmente no que diz respeito à salvação das almas dos que já se foram

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e dos que ainda estão vivos, por ter em suas raízes culturais influências tanto portuguesas quanto africanas, onde, segundo Reis,

“em ambos os lugares encontramos a ideia de que o indivíduo devia se preparar para a morte, arrumando bem a sua vida, cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus deuses ancestrais. Em ambas as tradições aconteciam cerimônias de despedida, vigílias durante as quais se comia e bebia, com a presença de sacerdotes, familiares e membros da sociedade.”(REIS, 1991)

Reis baseia-se sua análise na divisão de Van Gennep, em que as cerimônias funerárias se dividem em *ritos de separação* entre vivos e mortos e *ritos de incorporação* destes últimos a seu destino no além, onde o morto ficaria no limite entre o mundo dos vivos e o do mortos, no que ele chama de “parêntese existencial” que seria preenchido pelos vivos através de rituais.

“São exemplos de ritos de separação a lavagem e o transporte do cadáver, a queima de objetos pessoais do morto, cerimônias de purificação, de sepultamento, rituais periódicos de expulsão do espírito do morto da casa, da vila, enfim do meio dos vivos, o luto e tabus em geral. Ritos de incorporação seriam aqueles dirigidos a propiciar a reunião do morto com aqueles que seguiram antes, como, por exemplo, a comida servida para a sua viagem, a extrema-unção, o próprio enterro do cadáver.”(p.89)

Portanto o objetivo de elaborados aparatos fúnebres se justificava por ser um ato de defesa dos vivos e do próprio morto ajudando-o a atravessar para o além seguramente, afastando-o de espíritos atormentados ou maléficos. Conseqüentemente, quando no século XIX transferiu-se, ou melhor, exilaram-se os mortos dos templos religiosos para os cemitérios, houve uma preparação de toda uma rede de novos gestos e ritos referentes à morte e organizados, de acordo com Vovelle, em torno de dois fulcros maiores ligados a essa laicização: a família e a pátria, ou Estado.

Como aponta Ariès, esses novos ritos, ou a remodelação de ritos antigos, como por exemplo, a retomada do luto excessivo, são essenciais para essa nova abordagem e visão que se terá dos túmulos e dos cemitérios, é o sentimento de inconformidade e do desejo de localizar a sepultura que fará com que as pessoas as individualizem, não desejando mais terem seus corpos, ou de seus entes queridos, enterrados em túmulos comuns, os quais não se poderia saber ao certo onde se localizavam.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na Bahia, como já foi dito antes, os costumes funerários se desenvolvem de uma forma particularizada e até certo ponto diferente dos europeus. No século XIX, como explica Reis, o primeiro anúncio de luto era dado pelas carpideiras, com seus choros convulsivos, seguida pela preocupação que existia em se fazer a primeira providência após o passamento que era “preparar o defunto para o velório e tratar do funeral. O cuidado com o cadáver era da maior importância, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui pensando” (REIS,1991, p.114)

No interior sertanejo baiano como aponta Cândido Costa e Silva, muitos dos ritos que se observam nas cidades não fazem parte do cotidiano dos sertanejos, e quando este relata os cerimoniais da morte de Pedro Toca, não deixa de observar que o rito exequial em latim presidido pelo pároco não é cogitado.

“Nenhuma oração sua à saída da casa, nem a presença no acompanhamento, sequer uma prece à beira da cova, uma exortação aos acompanhantes. O comum é o passo corrido, o gole da cachaça, as tiradas de humor pelo caminho, e a enxada e a pá escavando e recobrando com a terra do esquecimento.”(SILVA, 1982)

Em Feira de Santana, o comportamento das pessoas com relação à morte se mostrava de modo diferente, e, embora tivesse, nas palavras de Eurico Alves, um “catolicismo puro”, não acompanhavam as tendências da capital no que se refere a pompa dos cortejos fúnebres, uma vez que não fazia parte do cotidiano do sertanejo. Cândido Costa e Silva aponta que havia o problema de que em muitos lugares afastados não haviam sequer como ministrar os ritos de passamento como a extrema unção e a absolvição mediante a confissão pois, eram de difícil acesso, por isso, as cerimônias eram simples e, geralmente, sem a presença de um padre, o que já demonstra por si só a diferença na honraria aos mortos entre o sertão e a capital baiana.

Feira de Santana sempre teve uma presença católica notória e esta presença está ligada a fundação da própria Villa e da cidade, que como afirma Elizete da Silva, na ótica de Eurico Alves Boaventura,

“O catolicismo vigente na região era presidido por uma mentalidade devocional e familiar, com práticas piedosas dirigidas por patriarcas ou matriarcas, mas frequentes ausências dos sacerdotes. As famílias fidalgas do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sertão erigiam, em local elevado e bem situado, capelas ornadas com nichos e imagens de santos, devidamente paramentadas para os officios religiosos.”(SILVA, 2010. Pg. 126)

No entanto, mesmo que a cultura baiana esteja impregnada de elementos tanto africanos, como portugueses, para Eurico Alves, Feira de Santana em quase nada era influenciada pelas culturas africanas, que como Silva explicita, está mais para um tipo de ufanismo religioso frente “Às formas inculturadas que o cristianismo católico sofreu no Brasil em contato com o rico acervo religioso dos negros escravizados”(p.128), pois “além de ser um catolicismo familiar e devocional, como ocorreu em várias regiões do País, era, na perspectiva de Eurico Alves, um ‘catolicismo puro’”(p.128)

Para além das discussões sobre o silêncio de Eurico Alves sobre as influências africanas em Feira de Santana, é inegável a influência da Igreja Católica na cidade, e a assistência que as Irmandades aqui existentes, como a da própria Santa Casa de Misericórdia e a de São Benedito, prestavam aos seus associados também se faziam valer no que se refere à morte. Segundo Russell-Wood (1981), “o objetivo expresso das irmandades era proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados”, mas também aos seus associados, ela deveria também na morte destes acompanhá-los até que fossem sepultados.

“Do velório, o corpo seguia em cortejo fúnebre para a igreja aonde seria sepultado, sempre em companhia, é claro, do seu pároco. Nos funerais dos ricos, por exemplo, frequentemente concorria um grande número de padres, sempre muito requisitados pela sua condição de intermediador entre Deus e os fiéis. Contava-se também com a presença dos irmãos de confraria, irmandade, ou ordem terceira da qual era filiado, uma vez que, de acordo com os estatutos, todos deveriam acompanhar seus irmãos falecidos até o depósito sagrado. Nesse sentido, ser irmão em irmandade, confraria ou ordem terceira trazia um grande alento aos filiados. Pois, enquanto membro delas, o defunto poderia contar com a presença dos irmãos do velório à sepultura, além, é claro, com as dezenas de orações pela sua alma. No primeiro caso, o defunto era apartado da presença maligna. No segundo, era agraciado pelas orações que aliviam os sofrimentos no purgatório.” (VIEIRA, 2002)

Dado o exemplo de Vieira sobre o caso da cidade de Mariana, em Minas Gerais, Reis, também aponta em seus estudos sobre Salvador, a presença das Irmandades, as quais, na filiação de seus membros obedeciam ao critério de divisão étnica. Já em Feira de Santana, segundo o memorialista Lajedinho e dos necrológicos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consultados, é muito semelhante ao que se observa ainda em fins do século XIX, em Feira de Santana:

“Não existiam velórios públicos e cada morto era velado em sua própria casa. Também não existiam carros funerários e o féretro, no esquife, era carregado por amigos e parentes de casa ao cemitério, com passagem pela igreja. Os sinos badalavam com toque especial de finados desde o momento em que o “enterro” saía de casa até a chegada na igreja. Para quem era rico, celebrava-se a missa de corpo presente na própria igreja. Para quem não podia arcar com as despesas a demora era pouca.”(Lajedinho, 2006. Pg.101)

Segundo Oliveira, a administração pública de Feira de Santana desde as duas últimas décadas do século XIX, principalmente após a emancipação da cidade em 1873, já seguia as tendências do restante do País, pelo menos no que se refere à preocupação com o ideal de cidade urbanizada e higiênica. O posto de mero entreposto comercial já havia sido ultrapassada no início do século XX, e sobre isso Oliveira fala que:

“Entre o entreposto bem organizado dos anos oitenta do século XIX e a cidade de médio porte dos anos de 1920 muita ‘coisa’ aconteceu no vale do Jacuípe, ao ponto de transformá-la em uma das maiores da Bahia, com grande influência no contexto político estadual. Claro que essa mudança teve como base importantes conflitos, não apenas em função da sua ocupação espacial e econômica, mas também em torno da construção de novos padrões de urbanidade.”(OLIVEIRA,2000.pg.28-29)

Partindo dessa premissa, acredita-se que em Feira de Santana desde as décadas finais do século XIX, por conta de mudanças fundamentais ocorridas nas cidade, leva a um novo padrão de comportamento da sociedade feirense, o que conseqüentemente, influencia também na preocupação com relação aos seus mortos e sepultamentos, isso é notório pelos discursos da Administração Municipal e das elites urbanas que visavam a modernização da urbe feirense, o que conseqüentemente engloba o cemitério, seguindo então uma tendência de secularização já vigente no País. Pelo que se pode observar e concluir da análise das fontes já consultadas, no caso os necrológicos do jornal Folha do Norte, do relato de Lajedinho e do estudo realizado sobre a Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana por João Batista Cerqueira, já existiam em Feira cemitérios particulares desde o início do século XIX, entre eles o cemitério Cerca das Pedras, que posteriormente, viria a ser em 1864 o cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Segundo Cerqueira,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“O terreno com um cemitério e uma casa foi adquirido, no ano de 1856, pelo governo da província da Bahia, junto ao senhor José Maria Soares de Mello, e era administrado pela Câmara de Vereadores.

Em 1860, através da Lei nº844, de 03 de Agosto de 1860, a área do terreno, num total de 74.888 metros quadrados, com um cemitério e uma casa, foi doado à Santa Casa de Misericórdia. Entretanto, somente a partir de 29 de Outubro de 1864, a Irmandade assumiu a posse do imóvel, passando a ser denominado Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.”(CERQUEIRA, 2007, P.111)

Quando a Santa Casa assume a direção do cemitério, segundo Cerqueira, já se registrava, após um ano de funcionamento, que o cemitério realizava o sepultamento não só de membros da irmandade da Santa Casa de Misericórdia, mas também de estrangeiro, desvalidos, leprosos, indigentes e pobres, como pode ser visto no primeiro relatório da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1865 e registrado pelo Dr. Luiz Antonio Pereira Franco:

“No decurso do dito anno foram enterrados no Cemitério da Santa Casa 185 cadáveres, sendo 55 de pessoas desvalidas; cumprindo mais notar, que daquelles cadáveres 102 eram homens e 83 mulheres- 88 maiores de 12 annos e 97 de menores d’essa idade- 151 indivíduos livres e 34 escravos- 179 de nacionaes e 6 de estrangeiros, sendo 2 portugueses e 4 africanos- 47 pessoas de cor branca, 99 pardos e 30 pretos.

Como podeis notar, também por meio do seu Cemitério a Irmandade, de que fazemos parte, não deixou de beneficiar à pobreza, visto como foi de quase um terço o numero de cadáveres de desvalidos, que acharam sepulturas gratuitas, e na maior parte dos casos mandadas até abrir com dispêndio da Santa Casa.

Ainda maior foi o beneficio d’esta ordem prestado pela Mizericordia no período decorrido de 29 de outubro á 30 de novembro de 1864; por quanto n’este tempo, tendo sido de 15 o numero de cadáveres inhumados no mesmo cemitério, foi de 7 o de pessoas desvalidas.

Dos 15 referidos cadáveres 13 eram de indivíduos livres e 2 escravos- 7 de maiores de 12 annos e 8 menores d’essa idade- 14 de nacionaes e 1 de estrangeiro, sendo este Africano- e finalmente 3 de brancos, 10 de pardos e 2 de pretos.”²

Esse documento de 1865, demonstra a influência maciça da Santa Casa de Misericórdia em Feira de Santana. A existência também de classificação social dos mortos a partir de sua classe e sua etnia. Aponta também a existência de irmandades, e

² Informações obtidas através do trabalho de João Batista Cerqueira sobre a Santa Casa de Misericórdia de Feira, como o objetivo de ilustrar a importância de tal instituição na Bahia. FRANCO, L. A.P. Relatório da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Villa de Feira de Sant’Anna, ano compromissal de 1865. Bahia: Tip.Constitucional de França Guerra,1886. Pg.17. In:CERQUEIRA, João Batista. Assistência e Caridade. A história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, 1859-2006. Feira de Santana. UEFS, 2007. Pg.111

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que os necrológicos da época indicam que a irmandade da Santa Casa era a mais importante da cidade e formada basicamente pelos membros da elite feirense, que são os possuidores dos túmulos mais portentosos no cemitério Piedade e que nos fornece através de suas representações iconográficas e de seus epitáfios, um panorama da mentalidade da época sobre como os feirenses apreendiam a morte.

Dentre todos os ritos fúnebres, seja de separação ou de incorporação, talvez o mais simbólico seja a lápide, pois ela assegura, inexoravelmente, o fim da vida daquele que está sendo sepultado. No século XVIII se tem a retomada de sepultar os mortos em túmulos individuais, seja por causa dos preceitos sanitaristas, seja pela mudança de mentalidade dos vivos sobre “a visita devota e melancólica ao túmulo de um ente querido”, que como diria Ariès, até então era um ato desconhecido, já que os cadáveres eram ainda entregues à Igreja.

O fato, ainda de acordo com a Ariès (1977), é que os túmulos se tornariam o signo da presença dos mortos para além da morte. Por isso, quando surgem os cemitérios, extramuros dos templos, lembrando que por definição “o termo *cemitério* (do grego Koumetèrion, de Kiomão, o lugar onde se dormia, quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos), segundo Loureiro (1976, p. 28), é aplicado para o local em que é dada a sepultura, por inumação ou por enterramento direto no solo”(MENDES, 2007) e que sua finalidade, seria a busca pela simplicidade das sepulturas, seguindo os padrões ingleses.

Inicialmente, de acordo com Oliveira,

“O túmulo/signo comprova soberania do simbólico pelo real. O indivíduo só morre nos rituais, é o que nos diz os africanos. Sem a demarcação simbólica não há morte. Portanto, o cadáver se encontra à mercê da escrita. E a lápide irá assegurar a cessação da vida, ela institui o marco de um fim. A morte no simbólico é mais real que a morte real.”(OLIVEIRA, 2009, P.09)

É o sepultamento, então, o rito final de separação do morto com a vida. Por isso a importância de se personalizar a sepultura, pois ele é o local destinado a perpetuar a memória do morto através de alegorias e de epitáfios. Nesse tocante, a análise da iconografia é muito importante, pois,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Pela sua riqueza a iconografia é capaz de nos transmitir convenções socialmente criadas; sentimentos e motivos de uma época; elementos componentes de uma ideologia; utopias regressivas ou progressivas; mitos e idéias capazes de estimularem uma atividade social, etc. Podemos considerá-la como uma representação mental coletiva que retrata aspectos pontuais e exatos do cotidiano de outras épocas, como também questões de saúde, enfermidade e da morte, a forma como eram atendidas essas questões, o que poderá dar-nos pistas de nossa atividade cuidadora, como e quem cuidava.”(MENDES, 2007)

No Brasil os hábitos da cultura cristã barroca se perpetuaram até o início do século XX, traduzindo-se também na personalização da arte funerária católica. Segundo Mendes, a *Belle Epoque* é

“conhecida como um período de grande euforia e ufanismo social, que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial, é considerada como a “era de ouro”, da beleza, da inovação e da paz. Em sua vigência, novas invenções tornaram a vida mais fácil em todos os níveis sociais. Um traço visível dessa passagem da arte funerária Neoclassicista para a *Belle Epoque* veio a ser a diminuição, ou esvaziamento, da simbologia escatológica tradicional.”(MENDES, 2007)

No que se refere à Feira de Santana, o cemitério da Santa Casa, que em 1906 passaria a se chamar Cemitério Piedade, segue o padrão existente nos outros cemitérios, possuindo uma entrada principal ladeada por túmulos, um pequeno cruzeiro central e a Capela, sacralizando o lugar, sendo que a Capela do cemitério Piedade só foi construída quando a Santa Casa assumiu a administração do mesmo, o que, como vem a afirmar Cerqueira, demonstra “o forte sentimento religioso que movia os fundadores da Santa Casa de Misericórdia” (CERQUEIRA, 2007, P.113).

Isso reforça a ideia de que até mesmo em Feira de Santana não só houve o declínio da arte cemiterial, como também o início do processo de extinção da tradição dos epitáfios em consonância com o que acontecia no restante do País, na simplificação dos ritos fúnebres.

Quanto aos necrológicos, o que se apreende pelas análises feitas e do relato de Lajedinho(2006), no que toca aos ritos fúnebres, os necrológicos nos fornecem pistas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

valiosas sobre quais os ritos fúnebres eram realizados em Feira de Santana, como por exemplo, os velórios nas residências dos falecidos, o féretro no esquife carregado pelos amigos e parentes, com passagem pela Igreja Católica, podendo ser realizado ou não a missa de corpo presente, a depender da condição financeira da família de poder arcar com tal despesa, se o falecido era vinculado ou não a alguma irmandade, salientando que na maioria dos necrológicos analisados, eram associados da irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Enfim, uma série de elementos que nos ajuda a compor o complexo quadro do cotidiano da morte na sociedade feirense. Como pode ser visto no necrológico de 24 de Setembro de 1909:

“Conforme o que noticiamos em nosso numero passado, realizou-se no sabbado, às 10 horas da manhã, o enterro do nosso malogrado e distinto amigo capitão Ildefonso Fernandes da Silva Bastos, sendo o acto bastante concorrido pelas pessoas mais gradas da localidade e amigos seus e da família, comparecendo a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, de que era irmão, a philarmonica 25 de Março, que tocava dolentes marchas.

No cemitério como amigo do extinto e em comoventes palavras, disse lhe o ultimo adeus o dr. Jacinto Ferreira, talentoso juiz do direito da comarca, fazendo-se ouvir após a banda 25 de Março, que executou uma tocante peça.

Grande número de coroas mortuárias foram-lhe oferecidas, assim como enorme quantidade de flores que lhe alcatifaram o tumulo.

Ainda possuídos do maior pezar, renovamos à sua distincta família as nossas condolências, especialmente ao seu velho e desolado pai, Antonio Fernandes da Silva, nosso presadissimo e venerado amigo.”³

No número posterior, datado de 29 de Outubro de 1909, segue-se a nota:

Missas Fúnebres:

“Em sufrágio às almas dos pranteados snrs. Capitão Idelfonso Bastos e Padre Cupertino de Araújo, vigário da Comissão e irmão da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, fez a respectiva irmandade celebrar missas na capella do Hospital nos dias 27 e 28 do corrente, às 8 horas da manhan sendo ambas bastante concorridas.”⁴

Tal nota nos revela não somente o temor que existia pela salvação da alma, bem como a preocupação da irmandade da Santa Casa em mandar realizar as missas, o que reforça o seu caráter de assistência não só em vida, como também na morte. Outros aspectos também percebidos, é de que a morte era sentida de diferentes maneiras e geralmente relacionada com o sexo e idade das pessoas, além, é claro da classe social à

³ Folha do Norte, Anno I, 24 de Setembro de 1909. Nº06

⁴ Folha do Norte. Anno I, 29 de Setembro de 1909. Nº07

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

qual o morto, ou morta, pertencia. As mortes precoces eram sempre as mais sentidas, ao que indicam as fontes, principalmente nos casos em que o falecimento fosse de algum membro de família respeitável entre a sociedade feirense.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias.** Rio de Janeiro. Francisco Alves Ed., 1977.

Chalhoub, Sidney. **Cidade Febril.** Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo; Companhia das Letras, 1996.

CERQUEIRA, João Batista. **Assistência e Caridade.** A história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, 1859-2006. Feira de Santana. UEFS, 2007.

DAVID. Onildo Reis. **O inimigo invisível.** Epidemia do cólera na Bahia. 1855-1856. Dissertação de Mestrado. FFCH-UFBA. 1993.

LAJEDINHO, Antonio do. **A Feira do Século XX(memórias).** Feira de Santana. Ed. Talentos, 2006.

LEITE. Rinaldo César. **E a Bahia Civiliza-se-** ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana de Salvador- 1912-1916. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

MENDES. Cibele de Mattos. **Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo (1850-1920).**Dissertação de Mestrado.FFHC-UFBA,2007.

NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República:** o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. João Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado(Orgs). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico R. **De empório à princesa do sertão:** utopias civilizadoras em Feira de Santana (1839-1937).Dissertação de Mestrado, FFCH-UFBA, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Lenise Grasielle. **Da inscrição ao apagamento:** memória e morte. Revista Eletrônica do Mestrado em Letras, UninCor, V.1. N.1, Jan-Jun, 2009. Disponível em:

<http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/36/28>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Disponível em: REIS, João José. A morte é uma festa ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.114

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista**. In: História da Vida Privada no Brasil: Império- A corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RUSSELL WOOD, AJR. **Fidalgos e filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UNB; 1981.

SCHWARCZ. Lilia Moritz; COSTA. Angela Marques de. **1890-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SILVA. Aldo José da. **Terra de São natureza**. A construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920). Monografia de Especialização. DCHF-UEFS, Feira de Santana, 1997.

SILVA, Cândido Costa e. **Roteiro da vida e da morte**. Um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo, Ed. Ática, 1982.

SILVA, Elizete da. **O campo religioso feirense: um olhar poético**. In: História Poesia e Sertão: explorando a obra de Eurico Alves Boaventura. Aldo José Morais da Silva

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>

VIEIRA. Luiz Alberto Sales. **Entre a vida e a morte**. Interesses populares, representações cristãs e medicina social e Minas no Século XIX. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto, 2002.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo. Ed. Ática, 1997.